

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balço patrimonial	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1. Informações gerais	13
2. Principais políticas contábeis	14
3. Caixa e equivalentes de caixa	22
4. Contas a receber	22
5. Impostos, taxas e contribuições	23
6. Partes relacionadas	24
7. Imobilizado	26
8. Intangível	28
9. Fornecedores	30
10. Provisão para riscos processuais	30
11. Patrimônio Líquido	33
12. Receita operacional líquida	34
13. Despesas e custos por natureza	34
14. Resultado financeiro	35
15. Resultado por ação	35
16. Seguros	35
17. Instrumentos financeiros	36
18. Informações por segmento	38
19. Transação não caixa	38
20. Evento subsequente	38

Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Linha Amarela S.A. – LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme aplicável a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Intangível de concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa 8 – “Intangível”, a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 253.388 mil (R\$ 274.611 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a

administração da Companhia realizou novo teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível com premissas atualizadas de 2025

Esse tema foi considerado como um principal assunto em nossa auditoria considerando: (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) Se faz necessária avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão; (iii) a avaliação de *impairment* envolve premissas e critérios subjetivos para mensuração, baseadas em dados de performance histórica e indicadores disponíveis no mercado; e (iv) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram: (i) a execução de procedimentos substantivos, em base amostral, para avaliar se as adições ao intangível atendem aos critérios de capitalização como ativo intangível de concessão; (ii) a inspeção, em base amostral, de documentação suporte às adições registradas; (iii) a avaliação da análise da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável do intangível de concessão; (iv) com o apoio de nossos especialistas, a avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração nos testes de impairment, incluindo comparação com dados históricos de desempenho e informações de mercado; (v) a realização de procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas na estimativa da vida útil do intangível de concessão; e (vi) a avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas e das divulgações relacionadas, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 - Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

Franciane Heloise Moraes Messias

4982829E895E425
Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC 1SP262973/O-6

Assinado por:

Guilherme Márcio Santos Veloso

8DDE3AD14A7B486
Guilherme Márcio Santos Veloso
Contador CRC 1MG111976/O

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.523	11.444
Contas a receber	4	11.305	11.491
Estoques		1.113	1.511
Tributos a recuperar	5.b	13.964	22.124
Adiantamentos		1.192	1.073
Outros		1.494	2.104
Total do ativo circulante		63.591	49.747
Não Circulante			
Impostos diferidos ativos	5.a	1.676	4.379
Depósitos judiciais	10	11.969	9.759
Imobilizado	7	22.463	12.729
Intangível	8	253.388	274.611
Total do ativo não circulante		289.496	301.478
Total do ativo		353.087	351.225
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	8.068	19.131
Impostos a recolher	5.c	15.125	23.425
Obrigações com empregados e administradores		4.831	4.763
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6 e 11.c	16.113	36.196
Outros passivos		2	-
Total do passivo circulante		44.139	83.515
Não Circulante			
Provisão para riscos processuais	10	10.461	9.444
Total do passivo não circulante		10.461	9.444
Patrimônio líquido			
Capital social	11.a	91.953	91.953
Reserva de lucros	11.b	206.534	166.313
Total do patrimônio líquido		298.487	258.266
Total do Passivo e patrimônio líquido		353.087	351.225

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Linha Amarela S.A. - LAMSA**Demonstração dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	12	160.916	164.468
Custo dos serviços prestados	13	(77.505)	(76.617)
Lucro Bruto		83.411	87.851
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	13	(38.251)	(36.589)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	64	35
Resultado operacional		45.224	51.297
Receitas e despesas financeiras			
Receitas financeiras	14	4.379	2.106
Despesas financeiras	14	(1.299)	(865)
Resultado financeiro		3.080	1.241
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		48.304	52.538
Imposto de renda e contribuição social		(16.078)	(17.084)
Corrente	5.d	(13.375)	(21.722)
Diferido	5.d	(2.703)	4.638
Lucro líquido do exercício		32.226	35.454
Lucro básico por lote de mil ações (em reais - R\$)	15	0,1520	0,1672
Lucro diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	15	0,1520	0,1672

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Linha Amarela S.A. - LAMSA**Demonstração dos resultados abrangentes**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro do exercício	<u>32.226</u>	<u>35.454</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>32.226</u>	<u>35.454</u>

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Lucros			Dividendos adicionais propostos	Resultado do período	Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		91.953	18.391	-	121.332	-	231.676
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(8.864)	(8.864)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	26.590	(26.590)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	35.454	35.454
Saldos em 31 de dezembro de 2024		91.953	18.391	-	147.922	-	258.266
Saldos em 31 de dezembro de 2024		91.953	18.391	-	147.922	-	258.266
Constituição de reserva de lucros a realizar	11.d	-	-	147.922	(147.922)	-	-
Reversão de dividendos deliberados		-	-	24.108	-	-	24.108
Lucro líquido do exercício	11.c	-	-	-	-	32.226	32.226
Destinação do lucro	11.c	-	-	16.113	-	(16.113)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.c	-	-	-	-	(16.113)	(16.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		91.953	18.391	188.143	-	-	298.487

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		48.304	52.538
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	7 e 8	24.899	24.569
Baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	46	254
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	4	876	1.125
Provisão para riscos processuais	10	122	2.132
Variações monetárias e encargos, líquidos		8	(35)
Impostos diferidos	5.a	2.703	4.638
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(690)	(1.757)
Estoques		398	(133)
Impostos a recuperar	5.b	8.160	5.351
Depósitos judiciais	10	(1.323)	(1.113)
Adiantamentos		(119)	1.682
Outros créditos		610	49
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(9.034)	13.809
Obrigações com empregados e administradores		68	(1.042)
Impostos a recolher		(10.818)	(9.840)
Outras obrigações e contas a pagar		2	(683)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(13.560)	(23.634)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		50.652	67.910
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7	(12.561)	(3.994)
Aquisição de intangível	8 e 19	(2.924)	(2.236)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		(15.485)	(6.230)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	11.c	(12.088)	(65.498)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(12.088)	(65.498)
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e Equivalentes de caixa			
		23.079	(3.818)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	11.444	15.262
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	34.523	11.444
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e Equivalentes de caixa		23.079	(3.818)

Linha Amarela S.A. – LAMSA**Demonstração do valor adicionado
Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas		176.377	180.236
Receita operacional	12	176.153	180.041
Outras receitas		224	195
Insumos adquiridos de terceiros		(50.424)	(52.568)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		(2.312)	(2.241)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(47.191)	(49.143)
Perda/recuperação de valores ativos		(876)	(1.125)
Outros custos		(45)	(59)
Valor adicionado bruto		125.953	127.668
Retenções		(24.900)	(24.569)
Depreciação e amortização	7 e 8	(24.900)	(24.569)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		101.053	103.099
Valor adicionado recebido em transferência		4.379	2.106
Receitas financeiras	14	4.379	2.106
Total do valor adicionado a distribuir		105.432	105.205
Distribuição do valor adicionado		105.432	105.205
Pessoal e encargos		33.192	30.037
Remuneração direta		20.947	18.642
Benefícios		10.659	10.108
FGTS		1.586	1.287
Impostos, taxas e contribuições		37.331	37.295
Federais		28.007	28.076
Municipais		9.324	9.219
Remuneração capital de terceiros		2.683	2.419
Juros		148	126
Variação		924	619
Aluguéis		1.357	1.566
Outros		254	108
Remuneração de capital próprio		32.226	35.454
Lucro do exercício		32.226	35.454

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Operações da Companhia

A Linha Amarela S.A. (LAMSA ou Companhia ou Concessionária), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ – Brasil, foi fundada em 21 de novembro de 1995. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B”, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos, contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998 e encerrando-se em dezembro de 2037, conforme previsto no 11.º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (INVEPAR), em 31 de dezembro de 2025 conclui a operação de dação em pagamento de 60,3% das ações da Linha Amarela S.A. a Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Mubadala”), mantendo a participação de 39,7% tornando-se uma coligada da INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R\$ 19.452 (negativo em R\$ 33.768 em 31 de dezembro de 2024). A variação positiva decorre, principalmente, da redução dos passivos fiscais no período, o que resultou em melhora na posição de liquidez e no equilíbrio entre os ativos e passivos de curto prazo.

1.2. Continuidade operacional

a) Litígio poder concedente

Após alguns anos de litígio entre o Município do Rio de Janeiro e a Linha Amarela S.A., em 13 de junho de 2025, foi divulgado fato relevante em consequência da celebração do acordo com o Município do Rio de Janeiro, instrumentalizado por meio do 12º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em que se estabeleceu, dentre outras disposições, que a LAMSA continuará a prestar o serviço concedido até o termo final do prazo contratual estabelecido no 11º Termo Aditivo, mediante a cobrança de uma Tarifa de Pedágio de R\$ 3,84 (três reais e oitenta e quatro centavos), observada a cláusula contratual de arredondamento, na data base de abril de 2025, que será anualmente reajustada pela variação do IPCA-E. O valor fixado no Acordo, arredondado para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), será praticado na Praça de pedágio em até 2 (dois) dias, a contar da homologação do instrumento.

No Acordo, o Município do Rio de Janeiro e a LAMSA também se outorgaram, mutuamente, a mais ampla e irrestrita quitação a respeito das controvérsias oriundas dos 9º e 11º Termos Aditivos ao Contrato de Concessão e outras correlatas (cf. cláusula 7.1), e que deram origem ao projeto de encampação autorizado por meio da Lei Complementar nº 231/2019. O Acordo foi submetido, nesta data, à homologação judicial pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Suspensão de Liminar nº 1.783.

O Município se comprometeu a, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do Acordo, propor Projeto de Lei perante a Câmara Municipal com o objetivo de revogar a Lei Complementar nº 213/2019 e o Decreto nº 46.794/2019.

Em 17 de junho de 2025 o acordo celebrado entre a LAMSA e o Município do Rio de Janeiro (“Acordo”), foi homologado judicialmente pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos.

Em consequência a homologação, o novo valor da tarifa fixado no Acordo, arredondado para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), está sendo praticado na Praça de pedágio, a partir de 0:00h do dia 20 de junho de 2025.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O Decreto nº 56.379 de 10 de julho de 2025 revogou o Decreto nº 46.794/2019. Quanto a revogação da Lei Complementar nº 213/2019, a Companhia segue monitorando a tramitação do projeto de Lei nº 53/2025 que está na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

b) Dação em Pagamento Lamsa

Em 20 de outubro de 2025, a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar (“Invepar”), então controladora da Linha Amarela S.A. – LAMSA (“LAMSA”), celebrou com o Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Mubadala”) um Termo de Dação em Pagamento, instrumento integrante da reestruturação financeira do Grupo Invepar.

Nos termos da operação, a Invepar quitará integralmente a dívida das 3ª e 5ª emissões de Debêntures emitidas por ela e detidas pelo Mubadala, no valor total de R\$ 349.750.058,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil e cinquenta e oito reais), mediante a transferência ao Mubadala de ações representativas de 60,30% do capital social total da LAMSA. Após a conclusão da operação, a Invepar permanecerá titular de 39,70% do capital social da Companhia.

Como consequência da operação, Invepar, Mubadala e LAMSA outorgarão quitação recíproca, plena, geral e irrevogável, nada mais tendo a reclamar entre si em relação às referidas debêntures, ao Acordo de Reestruturação anterior ou a quaisquer obrigações correlatas, que serão considerados rescindidos entre Invepar e Mubadala.

A efetivação da operação (“Fechamento”) foi sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de transação, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a anuência do Município do Rio de Janeiro, na qualidade de poder concedente do contrato de concessão da LAMSA e foi concluída em 31 de dezembro de 2025.

A operação foi comunicada ao mercado por meio de fato relevante divulgado na mesma data.

2. Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Equivalentes de caixa, Aplicação financeira e outros Instrumentos financeiros.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.2. Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de modo confiável:

(a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da via expressa pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômico futuro fluirá para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.4. Contas a receber

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia não constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista que não há expectativa de perda nos recebíveis na data base de 31 de dezembro de 2023. A Companhia faz periodicamente testes de recuperabilidade dos recebíveis.

2.5. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.7. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda em relação ao valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.8. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

deterioração ou perda de seu valor contábil. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	5,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme o CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e conseqüentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10. Benefícios aos empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para os seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até 12 meses após o período que se refere as demonstrações contábeis em que os empregados prestaram o serviço.

2.11. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.13. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme a Deliberação CVM nº 76/2022.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. No reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de seus fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa efetiva de juros, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.14. Informações por segmento

A Administração da Concessionária, baseia as suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão de rodovias” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.15. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(b) Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos futuros, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

2.17. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) / (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente original do contrato de concessão.

2.18. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

a) Normas emitidas e não vigentes

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (R1) – Vigente a partir de janeiro de 2026. Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros - Evidenciação) para abordar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 que substituiu a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos das IAS 1 (CPC 26(R1)) e os complementa com novos requisitos. Alguns dos requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) foram movidos para a IAS 8 (CPC23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros – Evidenciação). O IASB também fez pequenas alterações na IAS 7 (CPC03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa) e na IAS 33 (CPC 41 – Resultado por ação). A IFRS 18 exige a aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública – Divulgação - Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em maio de 2024, a IASB emitiu a IFRS 19, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa		
Caixa e bancos	570	643
Equivalentes de caixa		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	33.953	10.801
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>34.523</u>	<u>11.444</u>

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm alta liquidez e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa de curto prazo e sem risco de mudança de valor. A rentabilidade média destas aplicações em 31 de dezembro de 2025 é de 99,86% do CDI (99,54% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

4. Contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valores a receber de pedágios	11.305	11.491
Total do contas a receber	<u>11.305</u>	<u>11.491</u>

Em 31 de dezembro de 2025, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	<u>Total</u>	<u>Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor</u>	<u>Saldos vencidos</u>	
			<u>de 31 - 60 dias</u>	<u>de 61 - 90 dias</u>
31 de dezembro de 2025	11.305	11.210	48	47
31 de dezembro de 2024	11.491	11.300	89	102

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia em 31 de dezembro de 2025 reconheceu como perda definitiva de R\$ 876 (R\$ 1.125 em 31 de dezembro de 2024)

5. Impostos, taxas e contribuições

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Ativo diferido		
Provisão para riscos processuais	3.554	3.211
Provisão na participação nos lucros e resultados (PLR)	413	354
Provisões não dedutíveis	639	3.989
Total do ativo fiscal diferido	4.606	7.554
Passivo diferido		
Amortização do direito de concessão e margem de construção	(2.796)	(3.029)
Outros diferidos passivos	(134)	(146)
Total do passivo fiscal diferido	(2.930)	(3.175)
Impostos diferidos	1.676	4.379

Na tabela a seguir, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Projeções de resultados tributáveis	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	580
2026	1.911	1.911
2027	2.385	2.385
2028 em diante	310	2.678
Total dos ativos fiscais diferidos	4.606	7.554
Total dos passivos fiscais diferidos	(2.930)	(3.175)
Total dos impostos diferidos (Passivo)	1.676	4.379

(b) Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	13.964	21.893
Outros	-	231
Total	13.964	22.124

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ISS	807	839
IRPJ e CSLL	13.375	21.722
PIS e COFINS	573	571
INSS sobre terceiros	32	43
IRRF e CSRF	338	250
Total	<u>15.125</u>	<u>23.425</u>

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	48.304	52.538
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(16.423)	(17.863)
Adições permanentes	(202)	(192)
Exclusões permanentes	10	115
Incentivos fiscais (*)	513	832
Outros	24	24
Total dos impostos no resultado	<u>(16.078)</u>	<u>(17.084)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.375)	(21.722)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.703)	4.638
Total dos impostos no resultado	<u>(16.078)</u>	<u>(17.084)</u>
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	33%	33%

(*) LAMSA é beneficiada pelo "PAT em dobro" que deduz as despesas com alimentação no resultado da apuração do Lucro Real, também possibilitando excluir os valores gastos diretamente da base tributável do IRPJ.

6. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) as quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2025		
			Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Receita Despesa
HMOBI	Dividendos	Controladora	9.716	-	-
INVEPAR	Dividendos	Coligada	6.397	-	-
Total			16.113	-	-

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2024		
			Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Receita Despesa
INVEPAR	Dividendos	Controladora	36.196	-	-
Total			36.196	-	-

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.049 para o exercício de 2025.

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Pró-labore	480	522
Bônus Variáveis	63	281
Encargos	-	161
Outros benefícios	80	42
Total	623	1.006

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2024	Adições	Baixas	(*) Transferências	31/12/2025
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	18.769	909	(47)	1.620	21.251
Instalações	10	4.166	39	-	37	4.242
Móveis e utensílios	10	1.905	82	-	55	2.042
Veículos	20	7.082	1.388	(380)	85	8.175
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	4	4.363	-	-	-	4.363
Equipamentos de informática	20	7.130	232	-	-	7.362
Imobilizado em andamento		893	9.652	-	(713)	9.832
Outros		944	259	-	(612)	591
		45.252	12.561	(427)	472	57.858
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(13.650)	(1.385)	2	-	(15.033)
Instalações		(3.656)	(103)	-	-	(3.759)
Móveis e utensílios		(1.550)	(160)	-	-	(1.710)
Veículos		(5.235)	(860)	379	-	(5.716)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.555)	(206)	-	-	(2.761)
Equipamentos de informática		(5.877)	(539)	-	-	(6.416)
		(32.523)	(3.253)	381	-	(35.395)
Total		12.729	9.308	(46)	472	22.463

(*) Em 31 de dezembro de 2025, houve transferências do intangível para o imobilizado.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2023	Adições	Baixas	(*) Transferências	31/12/2024
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	17.092	1.617	(8)	68	18.769
Instalações	10	4.166	-	-	-	4.166
Móveis e utensílios	10	1.902	6	(5)	2	1.905
Veículos	20	5.711	446	(156)	1.081	7.082
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	4	4.295	68	-	-	4.363
Equipamentos de informática	20	6.780	137	(10)	223	7.130
Imobilizado em andamento		876	1.096	-	(1.079)	893
Outros		599	624	-	(279)	944
		41.421	3.994	(179)	16	45.252
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(12.522)	(1.136)	8	-	(13.650)
Instalações		(3.663)	(98)	-	105	(3.656)
Móveis e utensílios		(1.391)	(161)	3	(1)	(1.550)
Veículos		(4.540)	(795)	156	(56)	(5.235)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.253)	(256)	-	(46)	(2.555)
Equipamentos de informática		(5.321)	(564)	10	(2)	(5.877)
		(29.690)	(3.010)	177	-	(32.523)
Total		11.731	984	(2)	16	12.729

(*) Em 31 de dezembro de 2024, houve transferências do imobilizado para o intangível.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Intangível

	<u>Prazo vida útil</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências *</u>	<u>31/12/2025</u>
Custo					
Software	5 anos	9.041	-	-	9.041
Investimento para concessão	(a)	609.850	23	1.542	611.415
Andamento	(b)	2.195	872	(2.014)	1.053
		621.086	895	(472)	621.509
Amortização					
Software		(8.772)	(205)	-	(8.977)
Investimento para concessão		(337.703)	(21.441)	-	(359.144)
		(346.475)	(21.646)	-	(368.121)
Total		274.611	(20.751)	(472)	253.388

(*) Em 31 de dezembro de 2025, houve transferências do intangível para o imobilizado.

(a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, conforme mencionado na Nota n.º 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(b) As adições ocorridas referem-se, basicamente, iluminação da via, pistas automáticas, sinalização e túneis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Custo	Prazo vida útil	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências *	31/12/2024
Software	5 anos	9.041	-	-	-	9.041
Investimento para concessão	(a)	608.964	-	(73)	959	609.850
Andamento	(b)	1.097	2.073		(975)	2.195
Outros		195	-	(195)	-	-
		619.297	2.073	(268)	(16)	621.086
Amortização						
Software		(8.538)	(268)	-	34	(8.772)
Investimento para concessão		(316.394)	(21.291)	16	(34)	(337.703)
		(324.932)	(21.559)	16	-	(346.475)
Total		294.365	(19.486)	(252)	(16)	274.611

(*) Em 31 de dezembro de 2024, houve transferências do intangível para o imobilizado.

(a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, conforme mencionado na Nota n.º 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(b) As adições ocorridas referem-se, basicamente, iluminação da via, pistas automáticas, sinalização e túneis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível e ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. A Administração efetua análise, no mínimo anualmente, do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo em 2024.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foram consideradas: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) manutenção da concessão até 2037 conforme o contrato de concessão, (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); e (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indicativos de ativos intangíveis e imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

9. Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores nacionais	8.061	18.892
Fornecedores internacionais	7	239
Circulante	<u>8.068</u>	<u>19.131</u>

10. Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos externos na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Riscos prováveis

Composição do Risco

Natureza do risco	31/12/2025		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.818	4.535	10.353
Cíveis	4.643	40.951	45.594
Tributárias	-	2.927	2.927
Total	10.461	48.413	58.874

Natureza do risco	31/12/2024		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.191	5.215	10.588
Cíveis	4.253	36.487	43.309
Tributárias	-	2.620	2.620
Total	9.444	44.322	56.517

Movimentação:

Natureza do risco	31/12/2024	Constituição	Reversões	Atualização monetária	31/12/2025
Trabalhistas (a)	5.191	850	(645)	422	5.818
Cíveis (b)	4.253	521	(604)	473	4.643
Total	9.444	1.371	(1.249)	895	10.461

Natureza do risco	31/12/2023	Constituição	Reversões	Atualização monetária	31/12/2024
Trabalhistas (a)	5.009	1.405	(1.633)	410	5.191
Cíveis (b)	1.684	3.141	(781)	209	4.253
Total	6.693	4.546	(2.414)	619	9.444

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

(b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. As causas cíveis envolvem, principalmente indenizatórias com pedidos de materiais, danos morais, pedidos de pensão e lucros cessantes. Segue composição dos processos por natureza dos riscos:

Composição dos riscos

Natureza do risco	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	4.535	5.215
Cíveis	40.951	36.487
Tributários	2.927	2.620
Total	48.413	44.322

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Em 31 de dezembro de 2025, os riscos cíveis estão representados substancialmente, por ação indenizatória, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ, em decorrência de acidente ocorrido em maio de 1999. A Companhia entende que a indenização não é devida porque o acidente ocorreu fora dos limites da concessão da Linha Amarela, como inclusive atestou a Prefeitura através de ofício.

Depósitos judiciais

	31/12/2024	Constituição	Baixas	Atualização monetária	31/12/2025
Cíveis	452	-	(18)	31	465
Tributários (a)	7.508	-	-	710	8.218
Trabalhistas	1.799	1.407	(66)	146	3.286
Total	9.759	1.407	(84)	887	11.969

Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco. Em agosto de 2006, a 5.^a Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$ 1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Companhia já apresentou execução do julgado para levantamento dos valores devidos em seu favor.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 91.953 (R\$ 91.953 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 212.000.650 ações ordinárias sem valor nominal e não conversíveis entre si.

<u>Composição acionária</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada	127.836.392	127.836.392	60,30
Investimentos e Participações em Infraestrutura s.a. - Invepar	84.164.258	84.164.258	39,70
Total	<u>212.000.650</u>	<u>212.000.650</u>	<u>100,00</u>

(b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$ 18.391 (R\$ 18.391 em 31 de dezembro de 2024).

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido do período	<u>32.226</u>
Lucro antes da destinação	<u>32.226</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	16.113
Reserva de lucros	16.113

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido de R\$ 32.226 foi destinado da seguinte forma: R\$ 16.113 a dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 16.113 a reserva de lucros a realizar.

Em dezembro de 2025, a Companhia pagou R\$ 12.088 em dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 65.498 em 31 de dezembro de 2024).

Em 30 de outubro de 2025 a Companhia revogou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 24.108, reclassificando esse montante para reserva de lucros.

Os saldos de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, que constam em aberto, estão demonstrados a seguir:

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos 2022	-	12.061
Dividendos 2023	-	15.271
Dividendos 2024	-	8.864
Dividendos 2025	16.113	-
Total do passivo circulante	16.113	36.196

(d) Reserva de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura distribuição aos acionistas.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	-	-
Transferência de dividendos adicionais propostos	147.922	-
Reversão de dividendos deliberados 11.c	24.108	-
Constituição no exercício	16.113	-
Reserva de lucros a realizar	188.143	-

12. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de pedágio	176.153	180.041
Impostos, deduções e cancelamentos	(15.237)	(15.573)
Receita total	160.916	164.468

13. Despesas e custos por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e encargos	(38.450)	(34.336)
Depreciação e amortização	(24.900)	(24.569)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.658)	(9.003)
Serviços de terceiros	(8.893)	(7.653)
Conservação e manutenção	(8.598)	(9.989)
Seguros e garantias	(3.135)	(3.665)
Energia elétrica	(2.863)	(2.670)
Consultoria e assessoria	(18.009)	(17.225)
Aluguéis e impostos	(2.064)	(1.929)
Contingências	(122)	(2.132)
	(115.692)	(113.171)
Custo de serviços prestados	(77.505)	(76.617)
Despesas gerais e administrativas	(38.251)	(36.589)
Outras receitas (despesas) operacionais	64	35
	(115.692)	(113.171)

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	3.357	1.434
Variação monetária ativa	966	654
Outros	56	18
Total receitas financeiras	<u>4.379</u>	<u>2.106</u>
Despesas financeiras		
Variação monetária passiva	(924)	(619)
Outros	(227)	(130)
Comissões e despesas bancárias	(148)	(116)
Total despesas financeiras	<u>(1.299)</u>	<u>(865)</u>
Total resultado financeiro	<u>3.080</u>	<u>1.241</u>

15. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>		
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico					
Lucro de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	32.226	32.226	11.818	23.636	35.454
Denominador básico					
Média ponderada das ações (em milhares)	212.001	212.001	70.667	141.334	212.001
Lucro básico por ação (R\$)	<u>0,1520</u>		<u>0,1672</u>	<u>0,1672</u>	

16. Seguros

A Companhia mantém seguro garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Limite Máximo de		Início	Vencimento	Seguradora	Objeto
	Indenização					
Garantia ao Poder Concedente	R\$ 39.787		18/12/2025	18/12/2026	Ezze Seguros	(a)
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 60.000		01/08/2025	01/08/2026	Tokio Marine	(b)
Responsabilidade Civil Administradores D&O	R\$ 100.000		04/05/2025	04/05/2026	Berkley	-
Riscos Operacionais	R\$ 276.399		01/08/2025	01/08/2026	Tokio Marine	(c)
Veículos	100% FIPE		01/08/2025	01/08/2026	Ezze Seguros	-
Garantia Financeira	R\$ 100		31/12/2024	31/01/2026	Berkley	-

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão n.º 513/94 datado de 9 de dezembro de 1994 e do 11.º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarela entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão.
- (b) Garantir até o limite máximo da importância segurada, perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada, desde que sejam involuntários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas, ou despendidas pelo segurado, nas reparações de danos involuntários, materiais e /ou corporais causados a terceiros, e /ou nas ações emergências empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou ministrar seus efeitos.
- (c) Garantir até o limite máximo da importância segurada, danos acidentais causados aos veículos segurados, que o segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando da realização de obras de reforma e /ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporária de receita decorrente da interrupção das atividades causadas por danos materiais à empresa segurada.

17. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados através de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

Instrumentos Financeiros	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	34.523	-	11.444	-
Clientes	Nível 2	-	11.305	-	11.491
Total do ativo		34.523	11.305	11.444	11.491
Passivos					
Fornecedores		-	8.068	-	19.131
Dividendos		-	16.113	-	36.196
Obrigações com empregados e administradores		-	4.831	-	4.763
		-	29.012	-	60.090

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- **Contas a receber**

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

Os saldos em conta corrente mantido em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia apurar ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente em bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diferentes instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

(d) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço - que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa.

(e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

No quadro abaixo, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	31/12/2025		
	Cenário provável		
DI Ativo (% ao ano)	14,90%		
TR Passivo (% ao ano)	1,97%		

Operação	Risco/ indexador	31/12/2025	
		Base	Cenário provável
Ativo financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	DI	34.523	5.144
TOTAL		34.523	5.144

18. Informações por segmento

A Administração da Concessionária, baseia as suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão de rodovias” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

19. Transação não caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	2.029	163
Total	2.029	163

20. Evento subsequente

Em 21 de janeiro de 2026 a Linha Amarela S.A., solicitou à CVM o registro de oferta pública de sua 3ª emissão de debêntures. Foram emitidas 200 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, no valor total de R\$ 200 milhões (R\$ 1.000 cada).

Em 16 de janeiro de 2026, foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários, pela Companhia, nos termos do art. 204, §2º da Lei das S.A. e dos artigos 16, item (xiii) e 40, item (ii) do Estatuto Social da Companhia, no valor total de R\$ 199.967.889,27 (cento e noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

e sete centavos), oriundos em parte da reversão da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores e no exercício de 2025 e em parte de lucros apurados de janeiro a dezembro de 2025, com base no balanço patrimonial não auditado levantado em 31 de dezembro de 2025 a serem pagos aos acionistas, na proporção da participação por eles detida no capital social da Companhia na presente data, até a data limite de 02 de fevereiro de 2026, a serem ratificados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esses valores foram pagos em 30 de janeiro de 2026.

* * *